

Memória da 6ª Reunião do Comitê Gestor do Cadastro Empresa Pró-Ética
5ª rodada de avaliação
18 de abril de 2013

Representantes do Comitê:

- Adelino Dias Pinho, Contador, Instituto de Auditores Independentes do Brasil – IBRACON;
- Carlos Berti Niemeyer, Gerente-Adjunto de Auditoria, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE;
- Caio Magri, Gerente Executivo de Políticas Públicas, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – ETHOS;
- Gabriela Verenhitach, Analista de Comércio-Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC;
- Gregory Carvalho, Analista de Políticas na Unidade de Relacionamento com o Poder Executivo, Confederação Nacional da indústria – CNI;
- Hamilton Fernando Cruz, Assessor Especial, Controladoria-Geral da União – CGU;
- João Marcos Castro da Silva, Chefe de Auditoria, Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos – APEX;
- Rodrigo da Costa Aguiar, Coordenador de Sustentabilidade, BM&FBOVESPA;
- Wilson Roberto Levorato, Vice-Presidente Executivo, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Demais participantes:

- Renato Capanema, Coordenador-Geral de Promoção da Ética, Transparência e Integridade;
- Renata Figueiredo, Giuliana Biaggini, Mayrislandes Coura e Pedro Ruske, membros da Secretaria-Executiva do Cadastro Pró-Ética.

A pauta proposta para a reunião incluía os seguintes itens: análise e deliberação sobre as solicitações de adesão das empresas que poderiam compor a quinta lista do Cadastro; análise das propostas de alteração no regulamento, relativas ao uso da marca Empresa Pró-Ética e ao procedimento de análise da manutenção do atendimento aos requisitos para integrar o Cadastro por parte das empresas a cada dois anos, e outros assuntos complementares.



A reunião foi aberta pelo Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da CGU, Sr. Sérgio Seabra, que iniciou a reunião com as boas vindas aos presentes e em seguida apresentou a equipe da Secretaria que atualmente é responsável pelas ações relacionadas à promoção da integridade no setor privado, informando também sobre a importância e priorização dessa área para o ano de 2013.

Em seguida, o Assessor Especial da CGU conduziu a reunião, iniciando pelas empresas avaliadas nessa rodada. Informou que, até o dia 15/04/2013, prazo final para empresas submeterem seus questionários, 22 (vinte duas) empresas solicitaram acesso ao sistema do Cadastro Pró-Ética, das quais 4 (quatro) efetivamente concluíram o processo de submissão. As quatro empresas passaram pela avaliação prévia da Secretaria-Executiva, que solicitou informações adicionais necessárias para compor o relatório que subsidiaria decisão do Comitê Gestor quanto à possibilidade de adesão dessas empresas ao Cadastro.

Durante a discussão, o Comitê debateu sobre a importância da divulgação de informações contábeis/financeiras no Brasil pelas empresas interessadas em fazer parte do Cadastro, independente de se tratar de obrigatoriedade legal no caso de multinacionais, tendo em vista ser este um requisito fundamental para evidenciar o compromisso das empresas com a transparência. Também se chamou a atenção para a necessidade de coerência entre as decisões do Comitê ao longo do tempo, com a proposta de consolidação de um banco de dados com o detalhamento das decisões anteriores, para uso interno do Comitê em casos semelhantes.

Foram feitas sugestões para aprimoramento da redação de alguns itens do questionário, que deverão ser incorporadas pela Secretaria-Executiva, a qual se comprometeu também a aprimorar o documento "Perguntas frequentes sobre a documentação exigida para demonstração dos itens do Questionário Avaliativo", disponibilizado no site do Cadastro Pró-Ética. Esse documento deve servir como um guia para as empresas interessadas em aderir ao Cadastro e deverá ser capaz de traduzir para o pretendente quais são os parâmetros aceitáveis para avaliação de cada quesito.

Das quatro empresas, uma delas – o Banco Santander (Brasil) - teve sua solicitação aprovada, por cumprir integralmente todos os critérios exigidos. As demais ainda não demonstraram condições plenas de integrar o Cadastro, necessitando aprimorar e fortalecer algumas de suas medidas. Por sugestão do Comitê, considerando que a proposta do Cadastro Pró-Ética é incentivar o engajamento das empresas, a Secretaria-Executiva deverá enviar comunicação às empresas, detalhando os pontos que impediram a aprovação neste momento e, sempre que possível, com sugestões para saná-los.

Em seguida, passou-se à discussão das propostas de alteração do regulamento:

- 1) Marca visual: o Comitê se manifestou favorável à normatização do uso da marca visual pelas empresas que integram o Cadastro, considerando que isto possibilitará melhor divulgação por parte das empresas e poderá incentivar a adesão de novas. Foram feitas algumas sugestões de alteração na proposta de redação dos artigos, que serão incorporadas pela Secretaria-Executiva e encaminhadas para aprovação final do texto pelos membros do Comitê Gestor.

O Comitê também pontuou a necessidade de se dar entrada no pedido de registro formal da marca, tão logo o modelo final esteja aprovado. Considerou, ainda, que seria importante instituir evento para oficializar o ingresso das empresas no Cadastro Pró-Ética com a entrega de um símbolo que contenha a marca, não somente para registrar o momento, mas para reconhecer publicamente a importância do engajamento nesse processo. Esse evento pode acontecer na própria empresa, com a participação de representantes do Comitê, da CGU e de representantes do alto escalão da organização, ou em grandes eventos programados pelo setor econômico ao qual pertence cada uma delas, de modo a dar-lhes visibilidade e contribuir para a divulgação de suas boas práticas, iniciativa que pode motivar outras empresas a seguirem o mesmo caminho.

- 2) Demais itens: em relação às outras sugestões de alteração no regulamento, após discussões concluiu-se que a Secretaria-Executiva deverá elaborar nova proposta e circulá-la por correio eletrônico para análise pelos membros do Comitê. Caso não seja possível atingir o consenso dessa maneira, deverá ser convocada reunião extraordinária para debater o assunto, possivelmente no mês de julho de 2013.

A reunião foi encerrada com participação do Secretário-Executivo da CGU, Sr. Carlos Higino, que falou sobre a importância do fortalecimento do Cadastro Pró-Ética, sobretudo diante da perspectiva de aprovação do Projeto de Lei 6826/2010, que instituirá no Brasil a responsabilidade das pessoas jurídicas por atos de corrupção cometidos por seus agentes. Segundo ele, a promoção de medidas de ética, integridade e prevenção da corrupção nas empresas é uma tendência mundial, que se fortalecerá cada vez mais nesse cenário. Após os comentários, o Secretário-Executivo finalizou a reunião agradecendo a presença e apoio de todos.